

PREVENCIONISMO E SUAS PERSPECTIVAS

Maria do Socorro Leadebal Bonifácio¹

1 INTRODUÇÃO

O prevencionismo está aqui inserido na sua vertente de tensão em torno dos compromissos legais de proteção ao trabalho e ao trabalhador, re-visitando-se a produção legislativa em torno deste e apontando, ao mesmo tempo, quais as perspectivas que tem sido traçadas pelos Órgãos envolvidos para a obtenção de resultados, aproveitando estudo em curso sobre normas, políticas e práticas de proteção ao trabalhador, sob a vertente do meio ambiente do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E SUAS ORIGENS.

Essas políticas de proteção registram, por assim dizer, um primeiro *round*, no sentido de uma busca de

regramento institucional, com a ação individual de Owen ao promover reformas sociais na sua fábrica, experiências que motivaram a publicação de dois livros (1812 e 1820). É dele, aliás, a proposição para que fossem instituídas medidas protetivas ao trabalhador - melhorando-se as condições de vida industrial e do trabalho – pela via internacional.²

Estavam lançados, então, os alicerces para um organismo permanente e supranacional voltado para a promoção do bem-estar e desenvolvimento do ser humano “[...] através da dignificação do trabalho e do trabalhador” (BARROS, 1999, p. 46) ³, constituído com as vestes de Organização Internacional do Trabalho, sob o manto do Tratado de Versalhes, em 1919.

Dito assim, pareceria o resgate de um romance passado na metade do século XIX, ambientado na Europa dos grandes pensadores e das guerras, sem uma força efetiva de poder de repercussão na atualidade.

Na verdade, é esse o contexto das idéias que uniram movimentos de intelectuais, de juristas, das igrejas, dos

¹ Maria do Socorro Leadebal Bonifácio. Analista Judiciária do TRT da 13ª Região. Especialista em Processo Civil pelo UNIPÊ.

² C.M. Barros.. *O Direito Internacional*. Em A. M. Nascimento (Coord). *A Transição do Direito do Trabalho no Brasil*. Págs. 41/62.

³ Texto creditado ao Presidente Roosevelt, apud C.M. Barros, pág. 46.

próprios operários em meio a um processo de reformulação do Estado e da exigência por uma nova organização econômica, cabendo as palavras de Bobbio (1992, P. 34)⁴ quanto à:

O campo dos direitos sociais, finalmente, está em contínuo movimento: assim como as demandas de proteção nasceram com a revolução industrial, é provável que o rápido desenvolvimento técnico e econômico traga consigo novas demandas, que hoje não somos capazes de prever.

Inúmeros foram os embates⁵ que antecederam o

⁴ N. Bobbio. *A Era dos Direitos*. 1992, p. 34.

⁵ No artigo de C. M. Barros registra-se em 1841 a pregação do professor *Daniel Legrand* para instituir “*um Direito Internacional para proteger as classes operárias contra o trabalho prematuro e excessivo*”; a “*Primeira Internacional Socialista*”, em 1864; O Congresso de Berlim, em 1890; o surgimento e difusão do movimento sindical na Europa e nos Estados Unidos, no início do século XIX; a Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891; o 1º e 2º Congresso Internacional de Legislação do Trabalho, ambos em 1900, que inspiraram as duas primeiras Convenções Internacionais do Trabalho, após as duas Conferências em Berna, uma em 1905 e a outra em 1906, de caráter diplomático e, ainda, as necessidades advindas dos efeitos da 1ª Guerra Mundial, entre outros.

lançamento dos primeiros registros normativos desse direito à proteção, assinalando-se a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar, em 1919.

Estava estabelecida, então, a tensão de produzir riquezas vinculando-se o progresso econômico à justiça social, aqui sob o enfoque do respeito ao trabalho e à dignidade do trabalhador, bem assim o papel intervencionista do Estado nessas relações, afinal de contas, medidas protetivas custam dinheiro e tempo - necessariamente nessa ordem, - encarecendo o produto final e diminuindo a competitividade da empresa, não importando a sua destinação, ou seja, para consumo interno ou externo.

3 ENTRE NÓS.

O cenário no Brasil não era tão diferente⁶, uma vez que a 1ª guerra mundial impulsionou o crescimento da indústria nacional, abrindo as portas para a exportação dos seus produtos e a conquista de mercados.

⁶ E. de Moraes Filho. *Direito do Trabalho. Páginas de história e outros ensaios*. págs. 38/39

Essa atmosfera tornou-se um meio propício para as discussões em torno da fruição dos ganhos com a produção também em solo pátrio.

Anota-se a edição, ainda no século XVIII, começo da República, das primeiras normas relativas às indústrias nascentes, como os Decretos n.ºs. 1.162 e 1.313 (1890 e 1891). O primeiro de garantia de liberdade do trabalhador e o segundo relativo à fiscalização dos estabelecimentos fabris (número e condições de trabalho dos menores).

Na primeira década do século XIX, manteve-se o mesmo quadro. No período, podemos apontar o Decreto n.º 1.150, de 05.01.1904 e a Lei n.º 1.637, de 05.01.1907. O primeiro sobre privilégios do salário do trabalhador do campo e o segundo sobre legislação sindical.

Na segunda década do século XIX, podemos assinalar apenas projetos de lei. A partir de 1920 (3ª década) surgem as primeiras Leis trabalhistas de n.ºs. 4.682, de 24.01.23 (Eloy Chaves); 5.109, de 20.12.26; 4.982, de 23.12.25 (férias); 5.492, de 16.07.28 e Decretos N.ºs. 16.027, de 30.04.23 (criando o CNT) e 17.934, de 12.10.27 (trabalho de menores).

No entanto, é a partir de 1930 que surge, em profusão, legislação de cunho trabalhista ou social, editadas principalmente através de Decretos. Citamos os de n.ºs 19.671-

A, de 04.02.31 (DNT); 19.770, de 19.03.31 (sindicalização); 20.303, de 19.08.31 (nacionalização do trabalho e marinha mercante); 21.186, de 22.03.32 (horário de trabalho no comércio); 2.364, de 04.05.32 (horário de trabalho na indústria); 21.396, de 12.05.32 (comissões mistas de conciliação); 21.417-A, de 17.05.32 (trabalho das mulheres na indústria e no comércio).

De 1934 a 1937, período constitucional, destacam-se o Decreto nº 24.637, de 10.07.34 (reforma de Lei de acidentes do trabalho), o Decreto 24.594, de 12.07.34 (reforma da Lei Sindical) e as Leis nºs. 62, de 05.06.35 (rescisão dos contratos de trabalho); 185, de 14.01.36 (comissões de salário mínimo) e 367, de 31.12.36 (IAPI).

Após 1937, temos a registrar os Decretos-Leis nºs. 910, de 20.11.38 (trabalho dos jornalistas); 1402, de 05.07.39 (associação profissional ou sindical); 1.523, de 18.08.39 (2/3 dos vencimentos em caso de incorporação ao serviço militar).

Essa atividade legislativa denota que o projeto de um Código do Trabalho estava longe de ser alcançado, sobretudo em decorrência das resistências apresentadas de parte a parte (patrões e empregados, leia-se), bem assim das incursões - tidas como - tímidas do Estado.

Ademais, os debates e regulamentações não encontravam respaldo legal ou institucional no ordenamento

jurídico nacional então vigente.

Em meio a essas circunstâncias foi editado o Decreto nº 5.452, no dia 1º de maio de 1943⁷, consolidando a legislação do trabalho já editada no Brasil, com a ressalva que se extrai do art. 1º: “Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.”

Ou seja, essa ressalva tenta expressar uma compreensão das realidades nacionais, naquilo em que desiguais e, por isso, merecedoras de um tratamento diferenciado.

Talvez seja esse o moto para as disposições do art.

⁷ Data alusiva às comemorações do Dia do Trabalho. Sobre as comemorações dessa data pode ser dito que no dia 1º de maio de 1886, em Chicago, grevistas entraram em choque com a polícia. Explodiu uma bomba e morreram quatro operários e sete policiais. Alguns líderes grevistas foram presos e executados no ano seguinte. Em junho de 1889, os socialistas reunidos em Paris, para fundar a II Internacional, aprovaram a resolução de consagrar o dia 1º de maio de todos os anos, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, em memória das vítimas de Chicago. A iniciativa se propagou lentamente, a princípio encontrando resistência das autoridades, que perseguiram politicamente os manifestantes, mas aos poucos se consolidou. Hoje, sob a designação de Dia do Trabalho, são feitas comemorações em quase todos os países do mundo, com pequenas variantes quanto à data. O Dia do Trabalho, porém, só foi institucionalizado com o Estado Novo, em 1938, e declarado feriado nacional pelo governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, com a Lei n. 662, de 6 de abril de 1949.

7º, quanto a:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôr em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam : (Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.079, 11.10.1945) (...)

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais. (BRASIL, 1945)

De assinalar, no particular, que a redação do mencionado artigo veio como “retoque” do Decreto-Lei nº 8.079/45, quanto a não se aplicar ao rurícola mais de dois anos depois.

4 PREVENCIÓNISMO NA CLT

Os passos iniciais do prevencionismo⁸, nos limites

⁸Cf. A. Alberton, após citar SOTO (1978), quanto as primeiras referências escritas, relacionadas ao ambiente de trabalho e dos

do art. 7º anunciado, foram lançados na CLT, recorrendo-se aos artigos 154 a 201⁹.

Qual a evolução desde 1943?

O texto original do Capítulo V da Consolidação sofreu transformações por intermédio do Decreto-Lei nº 229, de 28.02.1967 e posteriormente pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977, que praticamente reescreveu todo o Capítulo, certamente, em decorrência dos altos índices da infortunistica no trabalho e o alto custo a ser pago pelo INSS no atendimento e reabilitação dos acidentados¹⁰.

Pode ser percebido que ao art. 156 o legislador de 77

riscos inerentes a eles, datarem de 2360 a.c., encontradas num papiro egípcio, o "Papiro Seller II", apenas em 1700, com a publicação da obra "De Morbis Artificum Diatriba" do médico italiano Bernardino Ramazzini foi que o assunto de doenças do trabalho começou a ter maior repercussão. Ramazzini, considerado o Pai da Medicina do Trabalho, descreveu uma série de doenças relacionadas a cerca de 50 profissões, deixando uma pergunta no ar "Qual é sua ocupação?", qual não seja alertar para a desinformação quanto ao risco das inúmeras doenças que qualquer trabalhador poderia estar sendo alvo.

⁹CLT, com as atualizações, obtida no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De15452.htm
Acesso em 28/07/2006.

¹⁰ Com base na teoria da responsabilidade objetiva, adotada na Alemanha, pelo Governo Bismark, em 1884, na primeira lei específica de acidentes do trabalho do mundo, e seguida por diversos países, a partir do início do século, foi editado, no Brasil, o Decreto Legislativo n. 3.724 de 15.01.1919 e todas as sucessivas leis especiais sobre o seguros de acidentes do trabalho, que vigoraram no país até 1967, quando o seguro foi integrado na Previdência Social.

impôs nova redação, inserindo o poder fiscalizador do Órgão Nacional do Poder Executivo execute tarefas tendentes à:

Art. 156 - Compete especialmente às Delegacias Regionais do Trabalho, nos limites de sua jurisdição: (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

I - promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

II - adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições deste Capítulo, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

III - impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo, nos termos do art. 201. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977) (BRASIL, 1977)

Essa referência se apresenta obrigatória, diante da constatação de que os arts. 154 e 155 da redação anterior não previam qualquer imposição de penalidade pelo descumprimento das regras pertinentes à segurança e higiene do trabalho¹¹, como, aliás, pode ser visto sobre o tema na

¹¹ Aqui já podemos citar a NR 28, que estabelece a a forma, meios e limites para a fiscalização e aplicação de penalidades, chamada a atenção de que não estava contemplada na redação original do art.

redação a seguir:

Art.156. Cabe ao Departamento Nacional do Trabalho ou às Delegacias Regionais do Trabalho, mediante autorização expressa do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, supletivamente às autoridades sanitárias federais, estaduais ou municipais, a fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste capítulo, competindo-lhes, nos limites das respectivas jurisdições:

- a) estabelecer as normas detalhadas e aplicáveis a cada caso particular em que se desenvolvem os princípios estabelecidos neste capítulo;
 - b) determinar as obras e reparações que em qualquer local de trabalho se tornam exigíveis em virtude das disposições deste capítulo, aprovando-lhes os projetos e especificações;
 - c) fornecer os certificados que se tornem necessários referentes ao cumprimento das obrigações impostas capítulo;
 - d) tomar, em geral; todas as medidas que a fiscalização torne indispensáveis.
- (BRASIL, 1977)¹²

É o momento, então, de transcrever as ponderações

200 e seguintes da CLT, embora já se ocupasse de embargar e/ou interditar instalações.

¹² Texto transcrito do endereço eletrônico antes citado.

de Nascimento (1989, p. 512)¹³ quanto ao fato de que “a complexidade e extensão da matéria levou o Poder Executivo a discipliná-la por meio de normas regulamentadoras” (NR), aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978.”

Ou seja, passaram-se 35 anos (!) para que, finalmente, fossem elencados os riscos das atividades laborativas e a forma de minimizá-los, quando impossível a sua eliminação.

Ficaram, então, estabelecidos os deveres de cada parte, sempre na direção de cumprir, fazer cumprir e observar as normas de segurança e medicina do trabalho, como se vê dos artigos 157 e 158, concebendo-se um Órgão Nacional – hoje Ministério do Trabalho e Emprego – como autoridade na matéria, consoante artigo 155, I .

Também por força da redação de 1977, entram em cena a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, no art. 163; o Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA, da NR 5 e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, da NR 7.

Os riscos, por sua vez, foram agrupados por atividade, e é a mesma Portaria que permanece em vigor, atualizando-se os eventos e as práticas diretamente na Norma

¹³ A. M. Nascimento. *Curso de Direito do Trabalho*. pág. 512.

Regulamentar pertinente, conforme seu art. 2º, ou com a edição de uma nova norma, como é o caso da NR 32 - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde, acrescentada pela Portaria MTE nº 485, de 11.11.2005, DOU 16.11.2005.

5 PERSPECTIVAS

Hoje em dia, os temas de Segurança e Medicina do Trabalho se submetem a um sistema Tripartite Paritário - Governo, Trabalhadores e Empregadores - e os novos regramentos são estabelecidos em consonância com a Portaria Nº 1.127/2003, do Ministério do Trabalho e Emprego¹⁴.

Mas o perfil traçado por Sússekind (2000, p. 917) ainda se mostra atual, quando fala das estatísticas - dadas a conhecer - no nosso País serem trágicas, devidas à:

¹⁴ Disponível no endereço:
<http://www.mte.gov.br/Empregador/SegSau/Legislacao/portarias/2003/Conteudo/2756.asp>.

- a) falta de conscientização de empresários e trabalhadores para a importância da prevenção dos infortúnios do trabalho; [...]
- b) formação profissional inadequada; [...]
- c) jornadas de trabalho com horas extraordinárias[...];
- d) alimentação imprópria e insuficiente;
- e) prestação de serviço insalubre em jornadas de trabalho concernentes às atividades normais.¹⁵

Aliás, é desse mesmo quadro traçado que parte a Minuta da proposta de construção de uma Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador - PNSST¹⁶, da qual merece transcrição:

[...] o atual sistema de segurança e saúde

¹⁵ Cf. A. Sússekkind, ao atualizar o Cap. XXV, das *Instituições de Direito do Trabalho*, Vol. II. No qual pode ser visto o realce dado ao Programa Internacional para Melhorar as Condições de Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho, estudos dos quais resultou a Convenção de nº 155. Frisando que o recebimento do adicional respectivo se torna mais relevante do que a utilização do EPI, bem assim a resistência das empresas quanto a empreender reformas visando eliminar ou reduzir riscos. pág. 917

¹⁶ Texto disponível no endereço:
<<http://www.fundacentro.gov.br/CTN/pnsst.asp?D=CTN>>

do trabalhador carece de mecanismos que incentivem medidas de prevenção. Hoje, há uma ênfase na reparação dos danos em detrimento da prevenção dos acidentes e doenças. Em 2003, os gastos da Previdência Social com acidentes e doenças do trabalho consumiram cerca de 8 bilhões de reais. Isso, levando-se em conta apenas o setor formal de economia (...)

A PNSST vai aplicar o princípio de que quem gera o risco deve ser o responsável por seu controle e pela reparação do dano causado.

A efetividade de tais normativos, portanto, continua a depender do trabalho de formação da mão-de-obra e da otimização do sistema de fiscalização, sendo certo que muitas empresas “preferem” a monetarização do risco, consequência do sistema infrator/pagador, fiando-se, inclusive, na fragilidade das ações de fiscalização reportadas na entrevista com o Diretor do DSST, Virgílio César Romeiro Alves, veiculada na Revista nº 291, do Grupo CIPA¹⁷.

¹⁷ Ler, acerca das dificuldades que permeiam as ações de fiscalização e o prevencionismo, entrevista com o Diretor do DSST, Virgílio César Romeiro Alves, veiculada na Revista nº 291, do Grupo CIPA, acesso em 16.02.2006, no endereço http://www.cipanet.com.br/rev_entrevista.asp?id=1&n=291

6 CONCLUSÃO

Pode não parecer sério utilizar tais expressões para finalizar este trabalho, mas é como se estivéssemos deixando “a raposa tomar conta do galinheiro”, contando, os bem-intencionados de plantão, com a possibilidade de uma “fuga das galinhas”.¹⁸

¹⁸ A Fuga das Galinhas é um filme destinado ao público infantil, que mistura aventura e comédia, diferentemente dos desenhos, com muita imagem gerada por computador e canções envolventes, a produção utiliza uma técnica antiga e trabalhosa, na qual a massa de modelar é a matéria-prima usada na "confeção" dos personagens. Os cenários são diminutas maquetes. A história, sob a ótica infantil, é audaciosa, e uma atração a parte são as vozes de astros famosos como Mel Gibson. Elas são prisioneiras — cercadas de arame farpado, temendo por suas vidas e sonhando apenas com o mundo exterior. Todas as tentativas de fuga fracassam e a líder é levada para passar um tempo na solitária. Mas essa não é uma prisão qualquer... e tão pouco elas são detentas comuns. Elas são as presas da Granja dos Tweedy, onde toda galinha que não botar o ovo do café da manhã acaba virando o jantar. Ginger e suas colegas, contudo, estão determinadas a fugir antes de irem para a mesa. O tempo começa a se esgotar quando a gananciosa dona da granja, a Sra. Tweedy, descobre um novo jeito de "fornar seu ninho" — transformando galinhas em tortas de galinha. Quando chega à granja um galo americano chamado Rocky (voz de Mel Gibson), as coisas começam a mudar. Rocky diz que é um galo voador, e Ginger logo vê nele sua tábua de salvação. Acontece que as coisas não são bem o que aparentam ser, e a pobre galinha ainda tem de enfrentar muitos perigos até... in:

É que, ao considerar que os infortúnios do trabalho foram registrados desde o ano 2360 a.c.; a evolução dos métodos da produção; os dados econômicos; os manifestos avanços da ciência e da tecnologia, podemos ter a sensação de que a reflexão tecida culminaria por admitir que a fragilidade das ações fiscalizadoras dos Órgãos competentes finda por relegar apenas aos partícipes da relação de produção a responsabilidade pela prevenção, o que, em última análise, implica em deixar quase que exclusivamente na consciência do patrão adotar ou não práticas protetivas.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Anete. **Uma metodologia para auxiliar no gerenciamento de riscos e na seleção de alternativas de investimentos em segurança**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível no endereço: http://www.eps.ufsc.br/disserta96/anete/cap3/cap3_ane.htm
Acesso em 28/07/2006

<http://www.webcine.com.br/filmessi/fugagali.htm> Acesso em 28/07/2006

ALVES, Virgílio César Romeiro, **Entrevista concedida**. Revista CIPA nº 291. Disponível no endereço: http://www.cipanet.com.br/rev_entrevista.asp?id=1&n=291
Acesso em 16/02/2006

BARROS. Cássio Mesquita. O direito internacional. In: NASCIMENTO, Amauri Mascaro (Coord.). **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** com atualizações. Disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em 28/07/2006.

BRASIL. Decreto lei 8.073, de 11 de outubro de 1945. Altera a redação do artigo 7º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto lei 5.452, de 1 de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 out. 1945. Disponível no endereço: <http://www.planalto.gov.br/legisla.htm>. Acesso em 18/09/2006.

BRASIL. Lei 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1977. <http://www.planalto.gov.br/legisla.htm>. Acesso em 18/09/2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 1.127/2003**. Disponível no endereço:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/SegSau/Legislacao/portarias/2003/Conteudo/2756.asp> Acesso em 22/02/2006

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde (NR 32). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 nov. 2005.

FUNDAÇÃO Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. Disponível no endereço: <<http://www.fundacentro.gov.br/CTN/pnsst.asp?D=CTN>> Acesso em 16/02/2006.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Direito do Trabalho**: páginas de história e outros ensaios. São Paulo: LTr, 1982

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. (Coord). **A transição do direito do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 1999.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de direito do trabalho**. Atualizado. por Arnaldo Süssekind e João de Lima Teixeira Filho. 19ª ed. São Paulo: LTr, 2000. v. 2.